

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTO DE VIVÊNCIAS SIGNIFICATIVAS

ANGELA MILANIA PROCOPIO DA SILVA¹

AMANDA PROCOPIO DA SILVA²

EDGLEUMA COELHO DA SILVA SIQUEIRA³

RESUMO

Neste trabalho resgatamos algumas questões da constituição de práticas educativas, que emergem das necessidades e direitos da educação do campo. Essas práticas são tomadas como iniciativas construídas para superar modelos organizacionais e didáticos no currículo escolar. Para desenvolver esta discussão objetivando compreender a dinâmica necessária no desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas da educação do campo, partimos para efetivação de uma pesquisa bibliográfica, seguida da aplicação e análise de questionário com 02 (dois) professores da Escola Plínio Lemos, município de Prata - PB, localizada no Assentamento Serrote Agudo. Estas reflexões incidiram na perspectiva de problematização sobre a efetivação de propostas alternativas na dinâmica curricular das escolas do campo. Verificamos que o currículo da escola está voltado para a realidade local e colabora muito na formação de uma identidade em que deve estar presente o sentimento de pertença dos educandos ao lugar em que vivem. A pesquisa mostrou que as práticas educativas que a escola do campo oferece deve apresentar intensa relação com a comunidade e sua valorização. Na oportunidade da pesquisa asseguramos o quanto é relevante vivenciar um currículo que valorize a universalização do conhecimento e vivência de práticas pedagógicas de respeito e aprendizagem ao contexto local.

Palavras-chave: Educação do Campo. Currículo. Práticas Educativas

1. Introdução

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda das políticas públicas nos últimos anos, como fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação.

Diante da relevância do tema em questão, nos propusemos a efetivar pesquisa bibliográfica e realização de aplicação e análise de questionário com 02 (dois) professores na numa escola pública na cidade de Prata - PB, localizada no Assentamento Serrote Agudo, objetivando compreender a dinâmica necessária no desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas da educação do campo.

2. Educação do Campo: Reflexões Necessárias

A educação desenvolvida nos meios rurais torna-se objeto de discussão dos sujeitos que a compõem, os educadores e camponeses, diferentemente de outros momentos, em que a educação rural era objeto de discussão dissociada dos sujeitos sociais que nela atuam. Até então denominada como educação rural, é (re)nominada como educação do campo, pois, como entendem os sujeitos sociais deste movimento, com mudança de expressão “o *campo* e não mais a usual *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo (...) uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho (Caldart, 2004, p. 25).

Nesta perspectiva a denominação compreende uma nova concepção do rural, não mais como lugar de atraso, mas de produção da vida em seus mais variados aspectos: culturais, sociais, econômicos e políticos. Neste contexto de variações significativas e de necessárias transformações sociais, lê-se um primeiro indicativo sobre a necessidade de transformar também a escola. Preparar para a vida, portanto, perpassa também o processo formativo desenvolvido na escola em que caberia ao sujeito estabelecer a relação de sua formação com a realidade social e econômica.

Como uma modalidade de ensino, a educação do campo, vem atender as necessidades educacionais das populações que vivem no meio rural, adequando-se as particularidades da vida do campo e de cada região. Levando em consideração: os conteúdos curriculares, metodologias apropriadas para os interesses e necessidades dos estudantes nessa área, organização escolar própria e a adequação do calendário segundo as condições climáticas e períodos de colheita da safra.

De forma muito particular, a educação do campo, traz mudanças, no que diz respeito ao aprendizado dos educandos e na convivência com o meio em que vive. Seja socialmente, culturalmente, nas relações pessoais e ambientais, vemos uma

grande diferença de comportamento nos indivíduos inseridos no meio rural. Que de maneira pró ria, tratam de preservar suas tradições e muitas vezes não estão abertos a novas possibilidades de mudança. Pois, antes de se dar conta de sua independência o homem do campo, não tem ânimo para superar sua dependência. Antes disso, segue o padrão e diz quase sempre: “que posso fazer se sou só um camponês?” (FREIRE, 1987, p.49).

As escolas do campo ou escolas rurais, vem de uma certa forma ofuscar a ideia, de que para ser feliz, é preciso ir morar na cidade. Ao apresentar uma nova forma de educação, a escola reafirma o compromisso de fixar o aluno no seu lugar de origem, dando-lhe possibilidades de sobrevivência digna. Segundo BOFF (1999, 76) “A escola do campo trabalha os valores voltados para a terra, porque, senti-la até as entranhas é sentir apropriada respiração”.

Esses valores são semeados, regados e cuidados, pelo homem do campo, através do seu envolvimento com a terra, fazendo com que ele cresça no seu local de origem. Dessa forma ao se deparar com outras realidades, voltam com um só pensamento: amar, valorizar e proteger seu lugar. Sendo assim, podemos definir que os princípios da educação do campo.

São como raízes de uma árvore, que tira a seiva da terra (conhecimento) que nutre a escola e faz com que ela tenha flores e frutos (a cara do lugar onde ela está inserida). (SILVA, M: BATISTA e BATISTA, 2005).

Entendemos, porém, que as escolas do campo, estão definidas a partir dos sujeitos a quem se destina e do lugar onde esses sujeitos moram e trabalham para garantir seu sustento. Olhando para essa realidade, observamos o que está contido no art.2º parágrafo único da Diretrizes Operacionais para Educação Básica na Escola do Campo:

A educação do campo é uma concepção político\pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, ribeirinhos e extrativistas. (Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002\CNE\MEC).

Nesse sentido, as escolas do campo, desenvolvem seu trabalho, buscando despertar, nos seres do campo, a autonomia, o envolvimento e a identidade de sujeitos rurais, transformando, assim, sua realidade.

Nos tempos atuais, é preciso se dar conta que a educação do campo, vem se desenvolvendo cada vez mais, com a ajuda dos movimentos sociais; que por sua vez compreendem que esse tipo de educação precisa estar voltado diretamente para os sujeitos do campo e suas problemáticas. Valorizando, sempre a busca pela identidade e o desenvolvimento do meio rural. Neste caso entendemos que:

(...) a afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levamos em conta a história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização da política educacional ou projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e poucas vezes para os sujeitos do campo, como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeita-los a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (CALDART, 2002, p.28).

Durante muito tempo as políticas educacionais para o campo, foram organizadas de forma que o sujeito do campo aceitava uma certa submissão por parte do sujeito que vivia na capital. E essa educação era voltada, justamente, para que a cidade fosse vista como referência, enquanto o campo era “(...) atrasado, rústico, ou pouco desenvolvido” (SAVIANI, 1994, p.152). É principalmente por esse motivo que durante anos o campo foi visto como um lugar de sofrimento e abandono.

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando em todo Brasil. Caracterizada como uma luta histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram seus direitos negados no tocante a educação de qualidade, uma vez que, os modelos pedagógicos sempre marginalizaram os sujeitos do campo ao modelo urbano, desvalorizando a diversidade daquela territorialidade.

Ao reconhecer a especificidade do campo, com respeito à diversidade, sócio cultural, o artigo 28 traz uma inovação no sentido de acolher as diferenças sem transformá-las em desigualdades, o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar ao que é peculiar à realidade do campo, sem perder de vista a dimensão universal do conhecimento.

De modo geral, a educação sempre apresentou diversos problemas como: alta evasão escolar, baixa escolarização, alto índice de repetência, entre outros. Entretanto, esses problemas são muito mais graves no meio rural. Em se tratando dos paradigmas sobre a inclusão da Educação do Campo no Brasil, estes devem ser conquistados, de forma a tornar a sociedade inclusiva mais dinâmica. Favorecendo o

desenvolvimento integral e global dos homens do campo a conseguirem lidar com as cobranças que o século XXI impõe.

3. Currículo da Educação do Campo

Ao consultarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, observamos alguns avanços em relação à educação do campo, conforme expresso no artigo 26, ao propor que

Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Além disso, o artigo 28 vem complementar e especificar os níveis de diferenciação que deve se submeter a uma proposta de educação do campo quando destaca:

[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Somos conhecedores da distância ainda existente entre o que rezamos documentos legais e sua aplicabilidade, portanto, acreditamos que seja necessário observar como estas questões vêm sendo gerenciada na prática, vez que, as instituições de ensino superior gozam de certa “autonomia para propor e executar propostas diferenciadas de formação”. Entretanto, não se pode desconsiderar os mecanismo ideologicamente inseridos na dinâmica social, os quais moldam os rumos das iniciativas educacionais

“O conhecimento se torna significativo para os alunos, antes de poder se torna crítico” afirma McLarem (1977, p. 248-249), porque o conhecimento adquirido na escola não fala por si só. Esse conhecimento é absorvido pelas vivências e pelas experiências ideológicas e culturais. É delas que parte o aprendizado. Por isso, é tão importante a proposta de um currículo específico, de educação, para as pessoas que vivem no campo.

O trabalho pedagógico muitas vezes leva os professores e as escolas a se envolverem com preocupações caracterizadas pelas regularidades do processo de ensino e aprendizagem escolar, como mecanismos que se efetivam na prática do currículo e que sugerem uma naturalização do trabalho escolar. O convívio com o cotidiano das escolas, como observa Candau (2000, p. 54), aponta como “são homogêneos os rituais, os símbolos, a organização do espaço e dos tempos, as comemorações de datas cívicas, as festas, as expressões culturais, etc.”. As dificuldades de superar algumas tradições pedagógicas, como as exemplificadas por Candau, advêm destas regularidades, “como a priori universais, como algo que sempre foi assim e que não pode ser de outra maneira” (SANTOMÉ, 1995, p. 63), e às quais os professores e as escolas demonstram certas dificuldades para revisão ou análise, como possibilidades de mudança desta racionalidade de organização do processo de ensino.

Ao falarmos de currículo, nesse caso, nos deparamos com uma realidade um pouco assustadora e até absurda para alguns professores: O trabalho com muitas séries ao mesmo tempo, faixa etária e níveis de aprendizado e interesses diferentes. Sem, no entanto, os educadores refletirem sobre diversidade, pluralidade, turmas heterogêneas e mediações pedagógicas. Nesse tipo de situação, os professores encontram muitas dificuldades em realizar o planejamento pedagógico. Diante desses casos, muitas vezes nos deparamos com profissionais da educação usando livros didáticos, que muitas vezes são antigos, ultrapassados e o que é pior não tem nenhuma relação com o cotidiano e a realidade dos alunos do campo. Encontramos educadores trabalhando com ausência de interdisciplinaridade e de relevância de uma educação inclusiva, sobretudo, nos aspectos das particularidades locais e temporais, sociais e econômicas e sua política de valorização no contínuo da aprendizagem.

Com certeza, podemos afirmar que a convivência nos espaços sociais, a relação do homem com o meio ambiente e os saberes empíricos dos alunos deveriam estar presente nas salas regulares e multisseriadas, para que assim seja desconstruindo esse processo de fracasso que ocorre ao longo da história nas escolas do campo.

A educação do campo, assim como a maioria dos moradores da área rural, está sendo deixada de lado, pelo processo de ensino-aprendizagem, do modelo vigente. Onde tudo que é urbano é sinônimo de modernidade e progresso, e o meio rural é visto como um modelo primitivo e de atraso, fazendo com que os moradores

do campo ainda tenham que se deslocar de onde vivem para ter acesso à educação na cidade. Neste sentido é pertinente nossa discussão sobre o educador da educação do campo, onde vemos que o papel do professor do campo, muito mais do que ensinar a ler, escrever é o de ajudar os alunos a ver e compreender a realidade assumindo a responsabilidade de ser elemento de mudança da realidade em que vive.

O professor deve estar preocupado em despertar no aluno uma visão ampla do espaço onde ele está inserido, fazendo-o enxergar possibilidades de transformação e crescimento dentro desse espaço. O sujeito que se educa é o sujeito que conhece sua história de direitos e deveres sociais, é o sujeito que se pronuncia como um sujeito de direitos (TELLES, 1999)

Diante disso Freire diz que “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (1989, p. 35). Onde o professor preenche a vida dos alunos numa ligação que incorpora conteúdo ao cotidiano e faz existir homem\mulher no tempo.

O modo de vida do povo que vive no campo se diferencia do modo de vida urbano em inúmeros aspectos: há uma cultura diferente, um modo de se relacionar socialmente, costumes e hábitos peculiares ao seu modo de vida. Se as pessoas do meio rural possuem desde a organização familiar até a concepção de valores morais diferentes do olhar urbano, é essencial que tenham o direito de serem educados onde moram, com cursos específicos que se voltem também, aos interesses dos camponeses, e que estes não tenham mais a necessidade de se deslocar do campo para a cidade para ter acesso a uma educação relacionada com seu modo de vida.

4. Metodologia

A pesquisa no campo de atuação pedagógica permite conhecer a realidade, produzir novos conhecimentos e propor um novo significado da prática. A pesquisa é o método de construção do conhecimento científico por excelência. Como aponta May (2004, p.43), “a teoria, junto com a pesquisa, é de central importância nas ciências sociais”.

A pesquisa que nos propomos a realizar é de cunho qualitativo e descritivo. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A pesquisa

qualitativa ocorreu com realização de aplicação e análise de questionário a com 02 (dois) professores.

Este tipo de observação nos conduzirá a conhecer os atos, a dinâmica espontânea dos indivíduos, suas práticas e seu cotidiano, e assim possibilitará o aprofundamento da compreensão do fenômeno investigado. Os dados coletados nos questionários e analisados a luz da teoria. A tarefa de análise exige, num primeiro momento, que todo material coletado seja organizado em partes procurando identificar tendências e padrões relevantes, os quais serão reavaliados, buscando relações e inferências.

A referida pesquisa será realizada na Escola Plínio Lemos fica localizada no município da cidade de Prata – PB, localizada no Assentamento Serrote Agudo, objetivando compreender a dinâmica necessária no desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas da educação do campo.

5. Aplicação e Análise do Questionário

A educação é alvo de discussão quanto às práticas inclusivas e significativas em prol da melhoria do ensino aprendizagem, também no contexto da educação do campo. Neste sentido, nos propusemos a realizar presente de investigação com a aplicação e análise de questionários direcionados a 02 (dois) professores do 1º ao 5º ano da escola Estadual Plínio Lemos, município – PB, através de 05 (cinco) perguntas abertas, objetivando compreender a dinâmica necessária no desenvolvimento do currículo e das práticas pedagógicas da educação do campo.

Ao perguntarmos aos professores envolvidos na pesquisa, qual o papel da escola e dos educadores do campo na vida da comunidade em que está inserida, todos disseram que a escola e os educadores tem o papel de despertar na comunidade o desejo por novos conhecimento, que lhes proporcionarão uma melhoria de vida e de convivência com a sociedade e o meio ambiente.

Percebemos com estas respostas uma forte ligação entre escola, educadores e comunidade, em que todos se preocupam em aprender e ensinar, trocando conhecimento e se apropriando dos benefícios que esses antigos e novas informações lhe trazem da cultura local, seus valores e promoção de saberes.

Na continuidade da aplicação do questionário, solicitamos que respondessem a seguinte pergunta: A educação do campo muitas vezes é tratada com preconceito e

desvalorizada pela sociedade urbana. Quais políticas públicas são necessárias para superar essa realidade?

Todos responderam que esse preconceito é cultural e que vivemos isso há muito tempo. O que pode ser feito é investir nas escolas; proporcionando capacitação para os professores, adquirir material apropriado para o trabalho pedagógico nas escolas do campo, melhorar a infraestrutura das escolas e vivenciar um currículo inclusivo e inovador com práticas significativas com a escola de campo.

Esse tipo de preconceito é causado principalmente pela falta de informação da sociedade urbana, que não sabe que o homem do campo tem um papel fundamental para a manutenção da vida do planeta e que sua qualidade de vida vem crescendo significativamente ao longo dos anos.

Continuando a pesquisa, perguntamos como a escola tem desenvolvido o seu currículo e suas propostas pedagógicas diante da coerência administrativa e pedagógica que as escolas do campo enfrentam.

Ao analisarmos essas respostas, podemos observar o comprometimento dos professores com a educação daqueles alunos. Onde muitas vezes a sombra de uma algaroba ou uma plantação de algodão se torna uma excelente sala de aula. Assegurando as falas de (SILVA, M; BATISTA e BATISTA, 2005) quando aponta a educação do campo como sendo raízes de uma árvore, que tira a seiva da terra (conhecimento) que nutre a escola e faz com que ela tenha flores e frutos (a cara do lugar onde ela está inserida).

Também foi feita a seguinte indagação às professoras participantes da pesquisa relativa a triste realidade de que muitas escolas do campo, fecharam no ano de 2014, nos perguntamos; como o professor do campo deve agir para mudar essa realidade? Responderam que o professor do campo deve ter comprometimento com a educação que faz parte do ambiente em que a escola está inserido e principalmente, ter ligação com a proposta pedagógica desta modalidade de ensino.

Na oportunidade das respostas percebemos que esta triste realidade aparece ou apareceu devido ao contingente reduzido de alunos e ao necessário reordenamento da política de assistência da secretaria de educação. Os professores entendem questões administrativas necessárias para um bom funcionamento da escola, no entanto, lamentam o fechamento das referidas instituições de ensino, pois dificulta o acesso da população a escola, uma vez que, desloca crianças do campo para um

realidade urbana da qual não gostariam de enfrentar no nível de educação básica do ensino fundamental.

Seguindo com a pesquisa perguntamos aos professores: Na sua opinião, como o professor do campo deve agir para preservar e valorizar a cultura rural e, ao mesmo tempo garantir a universalização do conhecimento?

A resposta foi que diante dos vários acontecimentos que nos cercam, não podemos nos esquecer de quem somos e de onde viemos, nossos costumes e nossa cultura. Porém, fazemos parte de um mundo onde os conhecimentos se fazem presente e não podemos privar nossos alunos de se apropriarem desses conhecimentos.

Vemos nessa última resposta a importância de trabalhar a interdisciplinaridade nas salas de aula tanto nas escolas rurais quanto nas escolas urbanas e de aprofundarmos os conteúdos e sua relação com a vida no contínuo de um currículo significativo.

Na oportunidade da coleta de dados e análise dos mesmos, ficou demonstrado que a escola tem um papel fundamental na vida dos educandos e da comunidade onde está inserida. As escolas do campo devem desenvolver ações que possibilitem uma melhoria de vida da população e despertando em todos o desejo de adquirir novos conhecimentos a cada dia. Também, percebemos um grande envolvimento tanto afetivo, quanto profissional dos professores com a escola participantes deste estudo.

6. Considerações Finais

A população do campo precisa saber da existência dos direitos de uma educação que colabore com a formação de seus sujeitos. A sociedade civil precisa reconhecer a luta do campo como uma luta social sem fronteiras. A busca por novos olhares inclusivos na educação do campo deve enxergar avanços e possibilidades, com vistas à transformação da escola, numa perspectiva emancipatória.

A valorização e o respeito as escola do campo, é de fundamental importância para que o desenvolvimento do meio rural seja verdadeiramente efetivado, pois a escola possibilita o convívio dos educando e educadores com diversos tipos de conhecimento, gerando uma interação entre escola e comunidade. A pesquisa concluída apontou que, a

valorização do povo do campo, suas especificidades e direitos a universalização do conhecimento contribui para fortalecer o currículo e as práticas pedagógicas que se fazem necessários ao aprendizado.

7. Referências

BARRETO, E. S. de S. (Org.) **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BATISTA, Francisco Maria Carneiro e BATISTA, Naidison de Quintelha (org). **Educação rural: Sustentabilidade do Campo**. Feira de Santana (BA) MOC; UEFS (Pernambuco) Servita, 2005.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do ser humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1999.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.

CALDART, R.S. **A escola do campo em movimento**. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, C.M. (Org). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CANDAU, V. M. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DRETRIZES Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo artigo 2º parágrafo Único Resolução nº 01 de 03/abril/de 2002 MEC.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MCLAREM, Peter. **A vida nas escolas do Campo** artigo 2º parágrafo único resolução nº 01 de 03/abril/de 2002 MEC.

SANTOMÉ, J. T. **A instituição escolar e a compreensão da realidade: o currículo integrado**. In: SILVA, L. E. da. (Org.). Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 58-74.

SIVANI, DERMEVAL. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. In FERRETI Celso João etal. **Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

